PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Atualização Jurídica - Ações Constitucionais

CARGA HORÁRIA: 340 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 43 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualização Jurídica em Ações Constitucionais e Controle de Convencionalidade

O curso de Atualização Jurídica em Ações Constitucionais oferece uma imersão profunda nos mecanismos de controle e defesa dos direitos fundamentais, sendo indispensável para advogados e servidores públicos. Em um cenário jurídico dinâmico, dominar a teoria e a prática dos remédios constitucionais, como o Mandado de Segurança, Habeas Data e Ação Civil Pública, garante uma atuação estratégica e diferenciada. Este programa abrange desde a hermenêutica clássica até as recentes alterações na Lei de Improbidade Administrativa, assegurando que o profissional esteja alinhado às exigências dos Tribunais Superiores em 2026.

Inovação Digital e Proteção de Dados no Processo Constitucional

Um dos grandes diferenciais desta especialização é a integração de temas tecnológicos contemporâneos à prática jurídica. O currículo aborda a aplicação da LGPD no Judiciário, explorando a tutela coletiva de dados e a responsabilidade civil estatal. Além disso, o curso dedica módulos exclusivos ao impacto da Inteligência Artificial Generativa e do Plenário Virtual nas ações de controle de constitucionalidade. Compreender o funcionamento de algoritmos e a análise de precedentes via IA é essencial para otimizar a redação de petições e a predição jurídica em casos complexos de ADI, ADC e ADPF.

Benefícios Profissionais e Aplicação Prática no Mercado de Trabalho

A qualificação foca no desenvolvimento de competências práticas através do estudo de casos paradigmáticos e exercícios de fixação baseados na jurisprudência atualizada do STF. Ao concluir o curso, o aluno estará apto a manejar instrumentos de defesa de interesses difusos e coletivos com precisão técnica e segurança jurídica. Essa atualização é um ativo valioso para quem busca ascensão na carreira pública ou deseja expandir a autoridade em litígios constitucionais de alto impacto. Aproveite esta oportunidade para dominar as ferramentas que estão moldando o futuro do direito público nacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PROCESSO CONSTITUCIONAL E HERMENÊUTICA
Introdução; Processo Constitucional; Hermenêutica Constitucional; Princípios de Interpretação Constitucional; Remédios Constitucionais.
MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL: ASPECTOS MATERIAIS E LEGITIMIDADE
Considerações Iniciais; Mandado de Segurança como Forma de Controle da administração Pública; Modalidades de Mandado de Segurança; Mandado de Segurança Preventivo e Repressivo; Autoridade Coatora; Legitimidade Ativa e Passiva.
MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL: DINÂMICA PROCEDIMENTAL, LIMINARES E RECURSOS
Petição Inicial do Mandado de Segurança; Decisão Judicial Liminar; Concessão da Liminar; Trâmite e Extinção do Processo; Recursos Cabíveis; Providências Cartorárias; Honorários e Custas.
MANDADO DE INJUNÇÃO
Considerações Iniciais; Cabimento; Descabimento; Legitimação no Mandado de Injunção Individual; Competência; Procedimento; Liminar e Decisão de Mérito; Efeitos da Decisão; Mandado de Injunção Coletivo.
HABEAS DATA
Considerações Iniciais; Legitimidade Ativa; Legitimidade Passiva; Hipóteses de Cabimento; Interesse de Agir; Competência; Procedimento; Liminar e Decisão de Mérito.
DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS
Considerações Iniciais; Princípios Protetivos dos Bens Difusos e Coletivos; Categorias de Interesse; A Tutela Coletiva dos Interesses Transindividuais.
AÇÃO POPULAR
Considerações Iniciais; Legitimidade Ativa e Passiva; Objeto e Objetivo; Requisitos; Competência; Procedimento; Liminar; Sentença.
AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Considerações Iniciais; Responsabilidade por Danos; Bens Tutelados; Hipótese de Descabimento; Foro Competente; Objeto; Tutela Preventiva; Ação Cautelar e Medida Liminar; Legitimidade Ativa e Passiva; Execução da Sentença, Coisa Julgada, Litigância de Má-Fé e Ônus da Sucumbência.
INQUÉRITO CIVIL
Considerações Iniciais; Princípios Norteadores do Inquérito Civil; Objeto; Instauração e Procedimento; Instrução e Valor Probatório do Inquérito Civil; Recomendações; Termo de Ajustamento de Conduta; Arquivamento e Desarquivamento; Conflito de Atribuição entre Membros do Ministério Público.

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO
Considerações Iniciais; Objeto; Hipóteses de Cabimento; Hipóteses de não Cabimento; Legitimidade Ativa e Passiva; Competência; Procedimento; Efeitos da decisão; Coisa Julgada.
AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Considerações Iniciais; Procedimento Administrativo; Ação de Improbidade Administrativa conforme a lei número 14.230; Das Penas; Prescrição; Medidas Cautelares.
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA
Considerações Iniciais; Legitimidade Ativa; Objeto e Objetivo; Parâmetro ou Norma de Referência; Causa de Pedir Aberta; Juízo Competente; Aspectos Processuais e Procedimentais; Decisão Definitiva; Concessão de Cautelares e Recorribilidade.
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE
Considerações Iniciais; Objeto; Legitimidade Ativa e Passiva; Competência; Relevante Controvérsia Judicial; Procedimento; Medida Cautelar; Não Atuação do Advogado-Geral da União.
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
Considerações Iniciais; Objeto e Conteúdo do Pedido; Preceito Fundamental; Subsidiariedade da ADPF; Competência; Legitimidade Ativa e Passiva; Petição Inicial e Procedimento; Medida Liminar; Decisão.
PROTEÇÃO DE DADOS E LGPD NAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS
O Direito Fundamental à Proteção de Dados e a Emenda Constitucional número 115; Habeas Data na Era da LGPD e as suas Distinções; Tutela Coletiva de Dados Pessoais via Ação Civil Pública; Responsabilidade Civil do Estado por Vazamento de Dados em Processos Judiciais; Sigilo e Transparência no Processo Constitucional Digital.
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TECNOLOGIA NO PROCESSO CONSTITUCIONAL
O uso de IA Generativa na Redação de Petições Iniciais e Pareceres; Ferramentas de Predição Jurídica e Análise de Precedentes do STF e do STJ; Limites Éticos do Algoritmo no Controle de Constitucionalidade; O Impacto do Plenário Virtual e do Julgamento por Algoritmos; Provas Digitais e Cadeia de Custódia em Ações de Improbidade e em Ações Civis Públicas.
ESTUDOS DE CASOS E PRECEDENTES VINCULANTES
Análise de Casos Paradigmáticos de Controle de Convencionalidade; Estudo de Casos sobre Ativismo Judicial e Autocontenção; Jurisprudência Recente do STF em ADPFs sobre Políticas Públicas; Casos Práticos de Reclamação Constitucional para a Garantia da Autoridade das Decisões; Debate sobre o uso Estratégico do Mandado de Segurança Coletivo por Entidades de Classe.
EXERCÍCIOS DE REVISÃO E FIXAÇÃO
Bateria de Questões Objetivas sobre Prazos e Competências nas Ações Constitucionais; Simulações de Casos Práticos para a Identificação do Remédio Constitucional Cabível; Testes de Conhecimento sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa; Questões Comentadas sobre a LGPD e a IA aplicadas ao Direito Público; Gabaritos Detalhados com Fundamentação na Jurisprudência.